



CÂMARA MUNICIPAL DE LAPA
ESTADO DO PARANÁ

Ofício N.º

PROJETO DE LEI nº 31

(Autoriza o Poder Executivo a contrair um empréstimo no Banco do Estado do Paraná S/A, ou outro estabelecimento de crédito)

- Artº 1º - Fica a Prefeitura Municipal da Lapa autorizada a contrair com o Banco do Estado do Paraná S/A, ou outro estabelecimento de - crédito, ou particulares, um empréstimo até a importância de Cr\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZEIROS), mediante as seguintes - condições:
- a) - prazo de 12 meses para levantar o empréstimo;
 - b) - escolher a fonte que oferecer melhores condições de juros para a Mu- nicipalidade;
 - c) - O empréstimo será pago e garantido com a quota prevista pelo Artigo 20 da Constituição Federal que será empenhada pelo prazo de 5 anos consecutivos;
 - d) - Faculdade da Prefeitura Municipal de antecipação das amortizações ou resgates em qualquer tempo, do saldo devedor do empréstimo, com redução dos juros correspondentes.
 - e) - a importância do empréstimo ficará desde logo a disposição da Pre - feitura Municipal sem qualquer dedução de comissão a intermediários ou outras;
- Artº 2º - O produto do referido empréstimo será empregado exclusivamente no resgate de apólices da dívida interna consolidada, bem como no - pagamento de "Restos a pagar" dos exercícios de 1949 á 1952, obede- cendo sempre a prioridade de datas dos restos a pagar de 1949 á 19- 52.
- Artº 3º - A presente Lei entrará em vigor após a sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 27 de Março de 1953.

Pedro Passos Leoni
Presidente

Luciano Lacerda
Secretario



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresen-
ta à Câmara Municipal o seguinte

ANTE-PROJETO DE LEI Nº 21-----

(Autorisa o Poder Executivo a contrair um empréstimo
no Banco do Estado do Paraná S/A, ou outro estabele-
cimento de crédito):

Artº 1º - Fica a Prefeitura Municipal da Lapa autorizada a contrair
com o Banco do Estado do Paraná S/A, ou outro estabeleci-
mento de crédito, ou particulares, um empréstimo até a
importancia de Cr.\$1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZEIROS),
mediante as seguintes condições:

- a)- prazo de 12 meses para levantar o empréstimo;
- b)- escolher a fonte que oferecer melhores condições de juros para a municipalidade;
- c)- o empréstimo terá como garantia a quota prevista pelo artigo 2º da Constituição Federal que será empenhada pelo prazo de 5 anos consecutivos;
- d)- faculdade da Prefeitura Municipal de antecipação das amortizações ou resgates em qualquer tempo, do saldo devedor do empréstimo, com redução dos juros correspondentes.
- e)- a importancia do empréstimo ficará desde logo à disposição da Prefeitura Municipal sem qualquer dedução de comissão a intermediários ou outras;

Artº 2º - O produto do referido empréstimo deverá ser empregado
no resgate de apólices da Dívida Interna Consolidada do Muni-
cipio, bem como no pagamento de Restos à Pagar dos exercícios
de 1949 a 1952;

Artº 3º - A presente lei entrará em vigor após a sua oficial pú-
blicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 12 de março de 1953

*A Comissão de Legislação
e Justiça José emílio
Jerees
Lapa, 18-3-53.
Pedro Leoni
(Presidente).*

Pedro Favaro Cavalim
Pedro Favaro Cavalim
Prefeito Municipal

*qualquer constituinte o
projeto em apuro
Lapa 20 de março de 1953
Amiano Irmão da
Gualdo Wile Leão
Antonio Sêra*

o' Conselho de Fimancas
e o Conselho Fiscal
Javier

Jun 24-3-903

Antonio Lourenco

(Presidente)

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ESTADO DO PARANA

no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo
ta a Câmara Municipal e seguinte

(Autoriza o Poder Executivo a contratar um empréstimo
no Banco do Estado do Paraná S/A, ou outro estabele-
cimento de crédito):

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Jaru autorizada a contratar
com o Banco do Estado do Paraná S/A, ou outro estabeleci-
mento de crédito, um empréstimo até o
importo de Cr. 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros),
mediante as seguintes condições:

- a) - prazo de 12 meses para levantar o empréstimo;
- b) - receber a fonte que oferecer melhores condições de juros para a municipalidade;
- c) - o empréstimo terá como garantia a quota prevista pelo artigo 2º da Constituição Federal que será empregada pelo prazo de 5 anos consecutivos;
- d) - facilidade de retirada pelo municipal de antecipação das amortizações ou resgates em qualquer tempo, de acordo com o em-
préstimo, com redução dos juros correspondentes;
- e) - a fim de facilitar o empréstimo ficará desde logo a disposição da Prefeitura Municipal sem qualquer ônus de comissão e inter-
mediários ou outros;

Art. 2º - O produto do referido empréstimo deverá ser empregado
no resgate de emissões de títulos internos consolidados do Municí-
pio, bem como no pagamento de juros e pagar dos exercícios
de 1962 e 1963;

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor após a sua oficial pu-
blicação, revogadas as disposições em contrário.

Edição da Prefeitura Municipal de Jaru, em 12 de março de 1963

Edro Favero
Prefeito Municipal

o' Conselho de Fimancas
e o Conselho Fiscal
Javier
18-3-903



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA AO ANTE-PROJETO DE LEI Nº.21.....

É de sobejo conhecida pelos Srs. Vereadores a precária situação por que atravessa a Municipalidade, empenhada que esta no pagamento da dívida municipal, que vem se acumulando através de inumeros exercícos financeiros.

Não computando a dívida consolidada, da qual existem apólices com os respectivos juros atrasados, no valor de mais de Cr.\$500.000,00, a Prefeitura deve cerca de Cr.\$636.000,00 de dívidas orçamentárias dos exercícos de 1949, 1950, 1951 e 1952, conforme se verifica no ultimo balancete enviado a esta Camara.

Por este motivo e não podendo fazer frente a tão vultuosa dívida, resolveu a Prefeitura, apelar para o Governo do Estado do Paraná, que por intermédio do Banco do Estado do Paraná, fará a Prefeitura um empréstimo de Cr.\$1.000.000,00, afim-de der possível o saldamento desses compromissos.

A Prefeitura empenhará ao Banco a quota prevista pelo artº 2º da Constituição Federal, que, conforme os calculos feitos ultimamente na Secretaria da Fazenda do Estado, alcançou no exercíco de 1952, a importancia de Cr.\$250.000,00. Ora, tal calculo foi feito na base de 15% sobre o excesso da arrecadação estadual no Municipio no referido exercíco, sendo de se notar que nos exercícos vindouros a base será de 18 e 20% respectivamente em 1953 e 1954, e nos seguintes continuará a ultima percentagem.

Isto mostra que a quota tenderá a aumentar com o decorrer do tempo. Empenhando a quota por cinco anos a Prefeitura pagará sem dificuldades não só o capital emprestado como os juros, isto sem alterar grandemente o orçamento da receita, pois em geral, a municipalidade não conta digo não tem contado com esta verba nos seus orçamentos.

Pelo exposto espera a Prefeitura, que a Colenda Camara dos Vereadores, haja por bem aprovar o projeto ora apresentado.

Edifício da Prefeitura Municipal, em 12 de março de 1953.


Pedro Favaro Cavalin
Prefeito Municipal

A Comissão de Finanças depois de estudar o ANTE-PROJETO de LEI nº 21 de autoria do poder executivo, apresenta as seguintes emendas:

Artº 1º letra C-passará a ter a seguinte redação "O EMPRÉSTIMO SERÁ PAGO E GARANTIDO COM A QUOTA PREVISTA PELO ARTIGO 20 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE SERÁ EMPENHADA PELO PRAZO DE 5 ANOS CONSECUTIVOS."

Artº 2º-Passará a ter a seguinte redação:O PRODUTO DO REFERIDO EMPRÉSTIMO SERÁ EMPREGADO EXCLUSIVAMENTE NO RESGATE DE APOLICES DA DIVIDA INTERNA CONSOLIDADA, BEM COMO NO PAGAMENTO DE "RESTOS A PAGAR" DOS EXERCICIOS DE 1.949 á 1952, OBEDECENDO SEMPRE A PRIORIDADE DE DATAS DOS RESTOS A PAGAR de 1.949 á 1.952.

Com as modificações acima ,opinamos pela aprovação do ante-projeto em apreço.

Sala das Sessões da Camara Municipal da Lapa,
em 25 de Março de 1.953

Augusto Lessa
Exe.º Paulo
Juvencio Borges da Silveira